

Os sombrios cenários para 1991

João Paulo de Almeida Magalhães *

Para compreender o que poderá acontecer em 1991 é indispensável recapitular os mecanismos da inflação. Ela tem duas causas básicas: excesso de moeda e conflito distributivo. A primeira ocorre quando o Governo não consegue equilibrar suas contas e emite para cobrir o déficit. A segunda resulta de que os agentes econômicos (Governo, empresas, trabalhadores etc.) reivindicam parcelas do PIB que, somadas, são maior do que ele.

Suponhamos um país simplificado com apenas dois agentes econômicos, trabalhadores e empresas, cujo PIB é de 350 bilhões de dólares. Os primeiros em número de 50 milhões exigem salários anuais de 6.000 dólares, o que perfaz o total de 300 bilhões de dólares. As segundas exigem um lucro de 20% sobre o capital. Sendo este, por hipótese, de 700 bilhões de dólares, isto significa a reivindicação de 140 bilhões de dólares. É óbvio que com um PIB de 350 bilhões não se pode distribuir 440 bilhões. Surge, assim, um conflito distributivo resolvido da seguinte forma: quando obtém um reajustamento salarial, os trabalhadores conseguem os 300 bilhões de dólares desejados, ficando 50 bilhões para as empresas. Estas, insatis-

feitas, elevam preços até que sua parcela chegue a 140 bilhões, o que leva a novos reajustamentos salariais, seguidos de outros aumentos de preços e assim por diante.

Uma estratégia antiinflacionária correta tem, portanto, duas vertentes: uma política monetária, pela qual se consegue o equilíbrio orçamentário, acabando com o excesso de emissões, e uma política de rendas, ou rendimentos, que compatibiliza as remunerações dos agentes com o nível do PIB. O Governo Collor foi razoavelmente bem-sucedido em relação à primeira, baixando a inflação de quase 100% para alguma coisa em torno de 15% a 17%. Nada fez quanto à segunda, o que explica a persistência do atual residuo inflacionário.

Significa isso que a política oficial fracassou? Não porque o conflito distributivo para se manter deve ser apoiado por um aumento sistemático da massa monetária, que permita à economia funcionar a níveis constantemente crescentes de salários e preços, ou seja, se o Governo mantiver rigidamente as metas contencionistas da sua atual política monetária, o conflito distributivo desaparecerá, isto é, o ajustamento das reivindicações dos agentes ao PIB se fará pela redução do número de trabalhadores e empresas em atividade; portanto, uma política estritamente monetária, como a atual, é capaz de liquidar

o surto inflacionário, mas ao preço de uma brutal recessão.

Visto isso, podemos montar os cenários para 1991.

O primeiro ocorrerá, mantida a atual política monetária, se se chegar finalmente, através do anunciado pacto social, a uma política eficaz de rendimentos. Nesse caso, o PIB se manterá estacionário (crescimento zero) como consequência inevitável de uma política monetária contencionista (altos juros, restrição de crédito, corte de investimentos públicos etc.), mas a inflação estará contida até o fim do ano (incremento mensal inferior a 3%).

No segundo cenário, não se chega a uma política de rendimentos. Mantida, porém, a política monetária contencionista, a inflação será colocada sob controle. O preço a ser pago é, contudo, uma nova queda do PIB de 4%, ou seja, de nível igual à observada em 1990. O problema de desemprego e a crise empresarial se agravarão rapidamente.

Por fim, pode ocorrer que, na ausência da política de rendimentos, o Governo não consiga resistir às pressões sociais e políticas contra o elevado nível de desemprego e o colapso generalizado do setor empresarial. A política monetária será afrouxada com a volta da inflação aos níveis de 1989, ou seja, em torno de 80% ao mês. O ganho, nesse caso, é que será possível um pequeno incremento do

PIB (em torno de 3%, como ocorreu em 1989).

Como se vê, nenhum dos cenários é favorável. O menos ruim é o primeiro, que corresponde, aproximadamente, ao que o Governo gostaria de ver acontecer. O sacrifício continuaria por mais um ano. Porém, com o fim da inflação, estariam criadas as condições para a retomada do desenvolvimento. A pergunta é, então, a seguinte: por que não se chega a uma política de rendimentos que represente a condição básica para se viabilizar esse cenário?

A resposta é simples: porque o Governo errou ao supor que ela poderia ser formulada através de um pacto social entre empresas e trabalhadores, ou, na prática, entre a CUT e a FIESP. Ora, um pacto colocado nesses termos é inviável, ou inócuo, por faltarem duas condições básicas a esse tipo de negociação: representação de todos interessados e situações conflituais a serem resolvidas.

A CUT e a FIESP cobrem somente o que se pode chamar setor moderno da nossa economia, do qual, numa boa hipótese, participam somente 18% dos trabalhadores brasileiros. Além disso, não há conflito de interesse entre as duas entidades. A FIESP não tem maior razão para negar as reivindicações salariais da CUT, porque, diante

da cartelização generalizada do setor moderno, o ônus correspondente pode ser facilmente transferido para os preços.

O resultado de se conferir à CUT e FIESP a responsabilidade pelo pacto, não poderia ser diferente do observado, isto é, a proposta de uma política de rendimentos nitidamente inflacionária.

Política de rendimentos do tipo requerido pelo país (isto é, antiinflacionária) só será conseguida se o Governo assumir firmemente a liderança das negociações, inclusive aceitando a responsabilidade de impor unilateralmente uma solução se estas fracassarem. Com isso se terá o que estava faltando, a saber: um representante dos 80% da população que se acha fora do setor moderno, com legitimidade para resolver o conflito entre as reivindicações salariais da CUT e o interesse do restante da comunidade.

O ano de 1991 está perdido. O que se deseja é que nele sejam criadas as condições para escaparmos à estagnação que nos persegue a uma década. A passividade até agora, do Governo, com respeito à política de rendimentos não nos deixa, infelizmente, muitas esperanças.